

REFLEXÕES PARA AÇÕES EDUCATIVAS EM CONJUNTOS URBANOS TOMBADOS:

OURO PRETO

SIMONE MONTEIRO SILVESTRE FERNANDES, INSTITUTO DO PATRIMÔNIO
HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, OURO PRETO, MINAS GERAIS, BRASIL.

Mestre em Preservação do Patrimônio Cultural do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). Possui graduação em História pelo Centro de Ensino Unificado de Brasília (1982), especialista em Arte e Cultura Barroca. Atualmente é historiadora aposentada do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Tem experiência na área de História, com ênfase em História do Brasil Colônia, atuando principalmente nos seguintes temas: história, preservação, patrimônio cultural urbano, educação patrimonial e cultura.

E-mail: simonesilvestrefernandes@gmail.com

DOI

<http://dx.doi.org/10.11606/issn.1980-4466.v14i27espp90-110>

REFLEXÕES PARA AÇÕES EDUCATIVAS EM CONJUNTOS URBANOS TOMBADOS: OURO PRETO

SIMONE MONTEIRO SILVESTRE FERNANDES

RESUMO

Este artigo apresenta parte das considerações levantadas pela autora no desenvolvimento de sua dissertação de mestrado no Programa de Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), cujo estudo teve como foco suas inquietações e observações como historiadora, atuando na área educativa do Escritório Técnico de Ouro Preto, do Iphan. Ouro Preto se transformou num lugar repleto de significados, onde a imagem da “cidade colonial” ficou consolidada. A escolha de apenas parte da cidade reflete numa imagem incompleta, dificultando o reconhecimento e o sentimento de pertencimento por parte dos cidadãos, que percebem uma porção de sua cidade sendo tratada como monumento e a outra porção sendo esquecida, desconhecida. As informações levantadas sobre as ações desenvolvidas na década de 1980, em Ouro Preto, se refletem nas ações hoje desenvolvidas pela Casa do Patrimônio de Ouro Preto e serão o foco das questões e reflexões levantadas nesse trabalho, pois acreditamos que as cidades podem ser vividas como um bem cultural centrando nossas atenções nas relações sociais e afetivas criadas em torno delas.

PALAVRAS-CHAVE

Referências culturais. Ação educativa-cultural. Patrimônio arquitetônico.

THOUGHTS ON EDUCATIONAL ACTION IN LISTED ARCHITECTURE SETS: OURO PRETO

SIMONE MONTEIRO SILVESTRE FERNANDES

ABSTRACT

This paper presents part of the considerations raised by the author while developing her Master dissertation on the Professional Masters Degree in Cultural Heritage Conservation at Preservação do Patrimônio Cultural do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), whose study focused on her concerns and observations as a historian, working as an educator at the Technical Office of Iphan in Ouro Preto. This town has become a locus where meaning abounds and the image of the “colonial town” is entrenched. The choice of using only part of the town reflects an incomplete image, hindering locals to experience recognition and belonging, as they perceive a portion of their town being treated as a historical monument, while another portion remains forgotten, unknown. Information raised on actions developed in the 1980s in Ouro Preto reflect the actions currently implemented by Casa do Patrimônio of Ouro Preto and will be the main focus of the questions and thoughts brought about in this research. It is believed here that towns can be experienced as cultural goods when attentions are turned to the social and affective relations created around such places.

KEYWORDS

Cultural references. Education-cultural actions. Architectural heritage.

1 INTRODUÇÃO

Ouro Preto possui uma carga simbólica que a apresenta como “capital” do patrimônio cultural brasileiro, “cidade monumento”, “cidade patrimônio” e “cidade histórica”, representações que estão interligadas e expressam valores de preservação, de arte, de identidade, de tradição. Valores que lhe foram atribuídos pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan)¹, ao longo de sua atuação na cidade e revelam um processo de hierarquização, pois um valor foi selecionado como mais importante e mais legítimo e outros permaneceram como seus opostos complementares: valor artístico/valor da fé (TAMASO, 2005).

Desde o final do século XIX até os dias de hoje, Ouro Preto, com sua arquitetura e seus inúmeros monumentos, nos remete de imediato a um passado de riqueza e glória. No final do século, com o advento da República

1. Por motivos didáticos, a partir desse momento adotaremos a nomenclatura Iphan para nos referirmos a todos os momentos de atuação deste Instituto: entre 1937-1946, enquanto Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN); de 1946-1970, enquanto Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN); de 1970-1979, enquanto Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan); de 1979-1981, enquanto Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN); de 1981-1985, enquanto Subsecretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN); de 1985-1990, enquanto Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN); de 1990-1994, enquanto Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural (IBPC) e a partir de 1995, enquanto Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), denominação mantida até hoje.

em novembro de 1889, foi ordenada a mudança da capital e Ouro Preto, até então sede da província de Minas Gerais, por representar politicamente o símbolo da dominação portuguesa e do regime imperial que acabava de ser deposto, perdeu seu posto, com a transferência da capital para Belo Horizonte, em 1898. Foi a partir desse momento que intelectuais e políticos empenharam-se em recuperar e preservar sua história, chamando a atenção não somente para a importância dos vestígios materiais deixados na arquitetura e nas artes plásticas, mas, sobretudo, para o valor simbólico que ela detinha. A cidade de Ouro Preto se transformou num lugar repleto de significados onde estariam inscritos os valores da identidade e da história dos mineiros. Nas “viagens de descoberta do Brasil”, realizadas pelos intelectuais paulistas, em 1924 e 1927, a paisagem mineira foi identificada como o lugar fundador de uma nação, e o estado e seu patrimônio histórico, com destaque para Ouro Preto, foram eleitos o berço de uma civilização brasileira (CHUVA, 2011).

Em 1933, o governo brasileiro elevou Ouro Preto à condição de Monumento Nacional. A transformação de Ouro Preto em monumento consolidou seu valor histórico, assinalando a decisão dos poderes públicos nacionais de iniciarem uma política nova de preservação. Após a criação do Iphan, em 1937, a cidade de Ouro Preto foi tombada integralmente em abril de 1938. O conjunto arquitetônico e urbanístico de Ouro Preto foi inscrito no Livro de Tombo das Belas Artes (Processo 0070-T-38) e a imagem de uma cidade colonial, pronta e acabada, como uma obra de arte ficou reforçada². A força dessa imagem construída transformou a cidade em palco de experimentação das novas políticas públicas pensadas para o país na área, com a realização efetiva de ações de conservação, restauração e revitalização de seu patrimônio cultural.

Ao longo do período de atuação do dr. Rodrigo Melo Franco de Andrade à frente do Iphan (1937-1967), seu discurso e a forma como organizou a instituição revelaram a obstinada busca de implementar uma ação exemplar que permitisse nomear um conjunto de práticas culturais concebidas como genuínas, autênticas e, portanto, capazes de tornar visível a nação.

2. Cabe aqui esclarecer que, esse conjunto urbano não foi delimitado, tendo seu perímetro de tombamento definido e averbado no Livro de Tombo somente em 22 de maio de 1989, correspondendo a 81% da área urbana, com cerca de 22,25 km² (SILVA, 2006)

À frente do Iphan, as iniciativas educativas promovidas pela instituição:

se concentraram na criação de museus e no incentivo a exposições; no tombamento de coleções e acervos artísticos e documentais, de exemplares da arquitetura religiosa, civil, militar e no incentivo a publicações técnicas e veiculação de divulgação jornalística, com vistas a sensibilizar um público mais amplo sobre a importância e o valor do acervo resguardado pelo órgão (IPHAN, 2014, p. 6).

Renato Soeiro foi o arquiteto que substituiu dr. Rodrigo na direção do Iphan. De acordo com Peregrino (2012), a gestão de Soeiro, no período de 1967 a 1979, ocorreu no momento de consolidação do regime militar e terminou na fase de abertura política. Aloísio Magalhães assume a direção do Iphan, em 1979. Seu maior desafio era o de guardar, preservar e não cercear a dinâmica de vida própria de uma comunidade. A sua meta foi a de encontrar os mecanismos que permitissem a adequação entre as posturas de preservar, de mudar e de crescer: “Mudando o necessário e conservando o imprescindível, talvez possamos preservar a memória nacional — até aquela feita em barro pelas mãos dos mais humildes e anônimos artesãos” (MAGALHÃES, 1997, p. 188).

Esse discurso trouxe, para dentro da instituição, um novo olhar sobre os conjuntos urbanos tombados, não os percebendo mais como obra de arte pronta e acabada, onde só a arquitetura colonial importava. Começou-se a olhar para as cidades como um todo, com suas ocupações espontâneas, seus problemas de infraestrutura; percebendo e entendendo a comunidade e seus problemas, trazendo-a para participar das decisões, é que se começaria a trilhar um novo caminho, o da aproximação do Estado com a sociedade. Percebemos Ouro Preto como referência, nos discursos oficiais e entrevistas concedidas, durante o curto período de atuação de Aloísio Magalhães (1979-1982), tornando-a exemplo da nova proposta política e laboratório das novas práticas institucionais.

Entendendo o patrimônio por seu viés cultural e colocando os homens em suas condições sociais e culturais dentro da política de preservação, alterou toda a concepção do que significava preservar. Transformou estruturalmente a instituição através da fusão Iphan/CNRC/Pró-Memória e trouxe os conceitos e experiências adquiridas ao longo de sua atuação

junto ao Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC)³.

A adoção dos conceitos de bem cultural e referência cultural auxiliaram na implementação dessas novas práticas institucionais. Embora Aloísio Magalhães não tenha atuado diretamente com projetos na área de educação, as diretrizes teóricas e conceituais defendidas nesse período e o *modus operandi* adotado tinham, na palavra diálogo, a tradução desse novo paradigma para a operacionalização de sua política, e o lema de sua direção era: “A comunidade é a melhor guardiã de seu patrimônio” (MAGALHÃES, 1997, p. 27). Ao inserir a necessidade de haver uma aproximação, um diálogo da instituição com a população, e vice-versa, a própria preservação deveria tomar aspectos pedagógicos, como apontava o lema de sua direção (SIVIERO, 2013, p. 12).

2 OURO PRETO E A “ERA ALOÍSIO MAGALHÃES”

Na década de 1980, com a chegada de Aloísio Magalhães na direção do Iphan, novos paradigmas institucionais foram trazidos e postos em prática através de ações realizadas em Ouro Preto. De forma efetiva, esse novo discurso começou a ser experimentado a partir do Seminário Ouro Preto, que trouxe uma visão ampliada sobre as necessidades da cidade, originária da escuta da população e suas instituições.

O início do ano de 1979 foi marcante para a cidade, pois chuvas intensas e prolongadas atingiram-na duramente. Foi nesse estado de comoção nacional que Aloísio Magalhães assumiu, em março de 1979, o cargo de diretor-geral do Iphan e, em abril, promoveu o Seminário Ouro Preto, que reuniu representantes da esfera federal, estadual e municipal e de vários setores da comunidade, a fim de buscarem soluções para os problemas que a cidade estava enfrentando. Essa ação trouxe um novo discurso para dentro da instituição, um novo olhar sobre os conjuntos urbanos tombados, não

3. Com o apoio do matemático Fausto Alvim e de outros intelectuais, físicos, antropólogos e sociólogos, os projetos desenvolvidos no CNRC procuravam, através de uma perspectiva interdisciplinar, apreender a dinâmica específica de cada processo cultural estudado, formulando, *a posteriori*, tipologias e modelos. Foi estruturado em quatro programas: mapeamento do artesanato brasileiro, levantamentos socioculturais, história da ciência e da tecnologia no Brasil e levantamento de documentação sobre o Brasil. Tinha como proposta complexificar a noção de cultura brasileira, produzindo referências (com o recurso às Ciências Sociais, à documentação e à informática) que pudessem ser utilizadas no planejamento econômico e social (FONSECA, 2005).

os percebendo mais como uma obra de arte pronta e acabada, onde só a arquitetura colonial existia, mas reconhecendo a cidade como um todo, percebendo a comunidade e seus problemas, estimulando-a a participar das decisões. O Seminário foi a oportunidade para abertura de um canal de comunicação direta entre a comunidade, o poder público e a inteligência nacional, apontando para a adoção de uma nova filosofia de atuação institucional. Nesse momento, a cidade se organizou para se fazer ouvir, no que considerava como sendo sua competência: o destino de Ouro Preto (OURO..., 1979b, p. 1).

A primeira medida tomada logo após o Seminário de Ouro Preto foi a instituição, no dia 1º de maio de 1979, de um grupo de trabalho multi-institucional para atuar no levantamento cultural da região, visando possibilitar a implantação de um Centro Experimental de Cultura e Educação. Integrava esse grupo o Iphan, o Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC), o Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas (PCH), a Universidade Federal de Ouro Preto (Ufop) e a Escola Técnica Federal de Ouro Preto (OURO..., 1979a, p. 2). Após o Seminário foi assinado o convênio SPHAN/Ufop/PMOP, em novembro de 1979, para dar sustentação e permitir a ampliação da equipe de técnicos que já atuavam na cidade. Esse convênio, além dos trabalhos de geologia e geotecnia, florestamento e reflorestamento necessários à recomposição da paisagem, da estabilização da encosta e taludes e do apoio às atividades de preservação e recuperação do núcleo histórico de Ouro Preto, previu também o desenvolvimento de atividades de animação cultural (PROGRAMA..., 1980, p. 9).

Para o desenvolvimento de atividades de animação cultural, foi organizado o Projeto Cultural de Ouro Preto, sob a coordenação geral do prof. Luís Felipe Perret Serpa⁴. Esse programa de extensão universitária viabilizou: a articulação da cultura com a educação; a ação comunitária

4. Prof. Luís Felipe Perret Serpa, bacharel em Física pela Universidade do Brasil, com especialização em Métodos de Ensino de Física — Unesco, Bariloche — Argentina, e pós-graduação em Estudos em Desenvolvimento pelo Institut International de Recherche et de Formation en Vue du Developpement Harmonisé, Paris — França. Professor da Universidade Federal da Bahia, foi Reitor da UFBA no período de 1993 a 1998. Colaborador e pessoa de confiança de Aloísio Magalhães foi requisitado pelo MEC em 1977 para servir no CNRC, onde foi coordenador de projetos do CNC e depois coordenador do Programa Cultural de Ouro Preto — assessor cultural da Ufop. A partir desse momento, nos referiremos a ele como Felipe Serpa.

através da educação e cultura; a extensão das atividades da Ufop a outras comunidades; a criação de um Centro Regional de Cultura e Ação Comunitária e assumiu a Assessoria Cultural da Ufop.

As diretrizes do programa cultural eram: articular as culturas com os processos de educação, incorporar as dinâmicas culturais das comunidades à universidade, vocacionar a Ufop para os contextos das cidades históricas de Minas Gerais e criar novas alternativas para a universidade em nosso país. Cinco eram os subprogramas que constituíram o programa cultural: educação; artesanato e tecnologias patrimoniais; artes; meio-ambiente e habitação; saúde e terapêutica tradicional.

Inicialmente, técnicos do Iphan e da Ufop atuavam de forma conjunta, elaborando estudos, realizando reuniões, atuando em iniciativas de animação cultural, que permitiriam traçar diretrizes para um programa de extensão da Ufop. Segundo o documento, *Proposta para um Programa Cultural da Ufop*, as bases conceituais desse programa foram traçadas levando-se em consideração alguns conceitos como:

- *cultura* – entendida como o fazer e o pensar do homem, indivíduo ou comunidade no espaço-tempo histórico;
- *bem cultural* – colocado no contexto da multiplicidade das manifestações que emergem das estruturas sociais formadoras da nacionalidade, sempre conceituado no referencial próprio a cada manifestação com uma trajetória própria;
- *educação* – transmissão e recriação crítica da cultura, incluindo a sua relativização e o amplo campo de interação de culturas;
- *universal* – tem sua existência caracterizada pela dialética do particular e do geral e explicitada por um conjunto de transformações entre referenciais.

Essas eram as bases da nova política do Iphan, proposta por Aloísio Magalhães, onde a palavra-chave era o *diálogo*, traduzida por um processo de interação entre as comunidades do país e a comunidade que convive com o bem cultural em seu contexto. Serpa mencionou ainda que, para que Ouro Preto, local de atuação constante do Iphan, se constituísse em um paradigma para a operacionalização dessa nova política, requeria-se: “o desenvolvimento de processos educacionais, por envolver diálogo entre

comunidades e aprendizagem sobre transformações entre referenciais” (SERPA, 1980, p. 13).

Segundo Serpa, o Programa Cultural de Ouro Preto tinha como objeto a preservação, restauração e revitalização cultural de Ouro Preto. As atividades desenvolvidas girariam em torno de três linhas básicas de referência: a dinâmica do bem cultural, o contexto cultural e a educação básica e o contexto cultural e a universidade. Estas visavam articular a cultura com os processos de educação e desenvolvimento comunitário, procurando criar novas políticas educacionais e culturais e, em particular, incorporando as dinâmicas culturais das comunidades à dinâmica da universidade assim vocacionando-a para os contextos das cidades históricas de Minas Gerais.

O Programa Cultural de Ouro Preto, ao acessar as referências culturais da cidade, passou a considerar o patrimônio cultural local por um viés cultural, deixando de considerá-lo somente como um objeto de contemplação e afirmação da identidade nacional, para ser fonte/recurso de desenvolvimento local, afirmação e valorização da diversidade sociocultural existente. No desenvolver das atividades do programa, ao dar voz aos moradores da periferia, excluídos das políticas de recuperação da cidade, após as chuvas de 1979, acabou se priorizando as ações de empoderamento e organização da comunidade periférica de Ouro Preto, em detrimento das ações que, junto às escolas de ensino básico, propunham uma alteração no currículo escolar, pretendendo fazer uma reforma dentro da educação, uma revolução pela cultura através da educação. Acredito que, por fazer tal escolha, essa perspectiva passou a ser considerada apenas como sendo um dos objetivos do Programa Cultural de Ouro Preto.

O novo discurso trazido com a chegada de Aloísio Magalhães, posto em prática com as ações desenvolvidas pelo Programa Cultural de Ouro Preto, acessou processos sociais e culturais mais amplos e abrangentes, que permitiram aos participantes compreenderem e refletirem tanto sobre contextos inclusivos, quanto a respeito da diversidade cultural que os cercava. No entanto, esse discurso não foi absorvido pelos antigos técnicos do Iphan e nem por alguns segmentos de moradores da cidade, em função da forma de execução das ações desenvolvidas e da postura desse grupo, refletida na maneira como atuava na cidade e pela própria cidade, maneira pouco ortodoxa para a época. Com isso, o programa foi interrompido em

dezembro de 1981. Com a prematura morte de Aloísio Magalhães e por causa da diferença de pensar entre os antigos técnicos do Iphan e o grupo do Programa Cultural de Ouro Preto, este foi perdendo forças políticas e as ações por ele iniciadas perderam espaço até serem completamente esquecidas, “varridas para debaixo do tapete”.

As atividades desenvolvidas pelo Programa Cultural de Ouro Preto, realizadas com e para a comunidade, foram referência para a implantação no Brasil do Projeto Interação entre a Educação Básica e os Contextos Culturais Específicos, que nasceu a partir das discussões realizadas na Casa da Baronesa, em Ouro Preto.

Realizado do final de 1981 a 1986, foi resultado das experiências desenvolvidas pelo CNRC em Tracunhaém (PE), Orleans (SC) e Ouro Preto (MG), nas quais foram discutidas as relações entre a educação e a cultura, tradicionalmente tratadas de forma isolada, dando ênfase aos saberes e fazeres locais, integrados aos conteúdos curriculares. Financiado com recursos do salário-educação, administrados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), possibilitou uma autonomia financeira e conceitual para o espaço de experimentação que a proposta requeria, mas limitando seu trabalho, por exigência legal, ao ensino de 1º grau. O Interação, ao pretender estabelecer as relações de mediação entre a educação e a cultura, previa que “esse processo preservava e transformava, ao mesmo tempo, práticas, símbolos, valores e produtos operativos e materiais em uma (a educação) e na outra (a cultura)” (BRANDÃO, 1996, p. 45).

Tinha como proposta o apoio à criação e ao fortalecimento das condições necessárias para que o trabalho educacional se produzisse, referenciado pela dinâmica das culturas, reafirmando a pluralidade e a diversidade cultural brasileira. Entendiam que a escola não era o único agente de educação no contexto da comunidade, e que essa comunidade deveria ser convocada a participar, não apenas de um trabalho cultural, mas também do poder de decisão sobre o trabalho a ser realizado.

Segundo Brandão, o Interação tinha como objetivo: “Recriar simbolicamente esferas de sentido. Criar novos símbolos na educação e subverter os já existentes. [...] Fertilizar ideias, imagens e relacionamentos. Recuperar renovadamente saberes populares, incorporá-los ao trabalho que cria a cultura e, assim, tornar a escola fértil, criativa, experimental: um lugar

social de participação na transformação da cultura e da própria educação” (BRANDÃO, 1996, p. 32).

Para o projeto, a escola deveria garantir condições para o desenvolvimento da criatividade inerente ao homem, de forma que possibilitasse a compreensão de seu contexto cultural e sua ação transformadora nesse contexto. Vários foram os caminhos que os projetos realizados encontraram para trabalhar seu contexto cultural e a ênfase foi dada às linguagens artísticas. Nesse sentido, a educação encontrou na arte uma das formas para que a criança expressasse livremente sua fantasia, através da relação sensível, intuitiva, crítica e afetiva com as coisas (JEKER; SEGALA, 1985).

Várias foram as parcerias efetuadas para a realização dos projetos concretizados em todo o país. Na esfera federal, foram desenvolvidas ações em parceria com governos dos territórios e universidades; na esfera estadual, a maioria das parcerias constituiu-se através das secretarias de educação e/ou de cultura. No entanto, como o quadro de carência dos municípios atingia praticamente todos os setores, foi frequente a tentativa de utilização dos recursos do projeto para outros fins (BRANDÃO, 1996).

Procurou-se apontar caminhos e alternativas para a educação enquanto espaço de discussão, voltando-se para a formação de quadros, para conhecer e transformar fazendo, para a criação de referências diferenciadas capazes de legitimar o desejo de que a escola e a educação se fizessem de outras maneiras. Todos os projetos realizados buscaram uma estreita ligação com as comunidades, pois, ao trabalharem com elas, procuraram, nelas mesmas, objetivos que melhor atendessem às suas necessidades. Trouxeram, para dentro da escola, o que estava à sua volta, integrando-a na sua própria dinâmica. E levaram a escola para fora de seus muros, dos seus prédios, em encontro com a família, com os parentes, os vizinhos, os companheiros que viviam no mesmo espaço e que compartilhavam os mesmos problemas. Essa relação trouxe para o processo uma dimensão política e uma dimensão didático-pedagógica que, praticamente, se confundiram na prática (JEKER; SEGALA, 1985).

Com a separação institucional (MEC/MinC), em 1985, o Projeto Interação fechou um ciclo caracterizado pelo acompanhamento das experiências através de metodologia de observação participante, para voltar-se, preferencialmente, à sistematização de resultados. Em 1987, o projeto foi encerrado.

Após a implantação do Projeto Interação entre a Educação Básica e os Contextos Culturais Específicos e pela experiência com as ações desenvolvidas pelo Programa Cultural de Ouro Preto foi estruturado, em Ouro Preto, o Projeto Interação entre a Educação Básica e os Contextos Culturais Específicos: Rede de Escolas Municipais do Município de Ouro Preto/MG. Esse foi considerado como um trabalho que estava em processo, integrando as ações do Programa. Apesar do número de escolas envolvidas, da repercussão do projeto, do número de técnicos que atuaram e dos recursos gastos para a sua realização, segundo seu coordenador durante todo o seu período de realização, Flávio Andrade, não se identifica na cidade nenhum eco das ações desenvolvidas por esse projeto. Segundo seu depoimento, o que motivou o término do projeto foi a mesma questão que levou ao fim do Programa Cultural de Ouro Preto: o estranhamento das ações desenvolvidas em uma comunidade tradicionalista como a ouro-pretana.

Se as experiências do Programa Cultural de Ouro Preto e do Projeto Interação não foram replicadas em outras cidades pela instituição ou não tiveram continuidade ao longo do tempo, seus conceitos e metodologias vêm sendo, dentro do Iphan, desde 2004, com a criação da Gerência de Educação e Projetos, aos poucos, reintroduzidos no processo de discussões sobre educação patrimonial. Esses conceitos e metodologias foram sendo recolocados em discussão em encontros e reuniões a partir do I Encontro Nacional de Educação Patrimonial, ocorrido em 2005 na cidade de São Cristóvão/SE, culminando com a criação das Casas de Patrimônio, que se fundaram a partir da necessidade de estabelecer novas formas de relacionamento, de acordo com uma perspectiva transversal e dialógica, entre o Iphan, a sociedade civil e os poderes públicos locais (IPHAN, 2014).

Em vez de gestar um conceito internamente, segundo Siviero (2014), a Gerência de Educação e Projetos trouxe outra compreensão do que até então se entendia por educação patrimonial, referenciada nos projetos desenvolvidos pelo Programa Cultural de Ouro Preto e pelo Projeto Interação.

3 A CASA DO PATRIMÔNIO DE OURO PRETO

Os sentimentos de amor e ódio que os cidadãos ouro-pretanos têm em relação à preservação do patrimônio cultural local são o reflexo da sua ligação com o órgão de preservação nacional. O discurso e as práticas realizadas ao longo

desses anos pela instituição se repercutem nas reações e conflitos que a cidade apresenta contra esse órgão. Ao longo da minha trajetória institucional, tenho ouvido, tanto por técnicos do Iphan, como por diversos outros atores sociais locais (professores, alunos, moradores, gestores municipais), que a realização de um projeto de educação patrimonial amenizaria esses constantes conflitos, mas sabemos que o principal problema dessa questão é reflexo da relação que a instituição mantém com a cidade e seus moradores ao longo desses mais de 70 anos de atuação. E aqui a postura educativa deveria talvez ser encarada como uma mudança na forma como o órgão exerce sua autoridade e poder decorrentes dos deveres impostos pelo tombamento.

A implantação da Casa do Patrimônio de Ouro Preto e o início das atividades do Projeto Sentidos Urbanos: patrimônio e cidadania⁵, em 2009, foram os mecanismos acionados para melhorar a relação que o cidadão tem com a cidade, a sua preservação e o órgão federal preservacionista, o Iphan. O escritório técnico, no seu primeiro momento, não teve o diálogo como tônica das ações implementadas. Primeiro abrimos a Casa ao público, o convidando a conhecer a instituição e a Casa da Baronesa; depois trabalhamos focados nos estudantes universitários, apresentando a cidade e seu centro histórico a esses moradores temporários, como uma tentativa de qualificar seu diálogo com a cidade tombada.

Os novos parceiros institucionais e os desdobramentos dessas primeiras ações foram consequência das atividades desenvolvidas. Ao identificarmos novos parceiros e outras possibilidades de desdobramentos do projeto percebemos uma semelhança com a forma de planejamento das ações do Programa Cultural de Ouro Preto, da década de 1980, que perseguia, ia atrás dos acontecimentos, a partir de uma ação inicial, realizando ações que não estavam programadas, mas que iam se evidenciando no desenrolar do trabalho.

Com os novos parceiros, redesenhamos o Projeto Sentidos Urbanos: patrimônio e cidadania, que se transformou em programa, sendo o fio condutor das ações da Casa do Patrimônio de Ouro Preto e passou a ser composto pelas seguintes ações: roteiros sensoriais; Circuito Expositivo

5. O Programa Sentidos Urbanos, do qual fui coordenadora executiva, foi iniciado em 2009, em parceria com a Universidade Federal de Ouro Preto (Ufop), a Fundação de Arte de Ouro Preto (Faop) e a Prefeitura Municipal de Ouro Preto (PMOP), através da Secretaria de Educação. Foi concluído em 2011 e retomado em março de 2015.

Casa do Patrimônio de Ouro Preto; Projeto Eu Também sou Patrimônio; Base Criativa/Laboratório Patrimônio. As primeiras são continuação das ações desenvolvidas em 2009.

O Projeto Eu Também sou Patrimônio começou a ser definido em 2010. A primeira ação do projeto foi desenvolvida na Escola Municipal Professora Juventina Drummond, situada no Bairro Morro Santana com os professores do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano) e alguns alunos. Recebeu o nome de Sou do Morro, eu Também sou Patrimônio, motivado pela percepção da existência de um *apartheid* cultural ou patrimonial que trouxe como consequência a baixa autoestima dos moradores dos morros que, por vergonha de morarem em áreas e casas às quais não são atribuídas a beleza e antiguidade das casas da cidade do centro histórico, da cidade colonial, não se sentiam como parte da cidade — sentimento de exclusão produzido também pelo “abandono” do poder público em relação a estas áreas.

A primeira atividade desenvolvida na Escola Municipal Professora Juventina Drummond foi a estruturação de um roteiro sensorial⁶ no Morro Santana, a partir das informações trazidas pelos participantes, estimulando um olhar diferenciado, um jeito de se “reconhecerem” no bairro, utilizando as referências culturais do próprio lugar, por eles identificadas. Ao estruturarem esse roteiro sensorial, o pensamento complexo proposto por Edgar Morin (2006) apresentou-se como uma possibilidade à própria amplitude conceitual do patrimônio cultural ouro-pretano, pois, como em um dos princípios do pensamento complexo: as partes integram o todo, mas não perdem suas características individuais. O Morro Santana integra Ouro Preto, sem perder suas características individuais. Nesse momento, os conceitos de bem cultural e referência cultural serviram de instrumentos para começarmos a entender esse lugar. As ponderações originárias desse exercício se refletiram no cotidiano da escola, quando alguns professores escolheram trabalhar com os bens culturais locais, os utilizando como um vínculo pessoal e comunitário (MENESES, 2010).

6. Roteiro sensorial: metodologia desenvolvida pelo prof. Juca Villaschi, da Ufop, estruturada na reflexividade inerente às trocas socioculturais, provocando a desconstrução da prática cotidiana dos deslocamentos automatizados pela cidade e requalificando o olhar anestesiado do morador na qualidade de sujeito dialógico. A partir de pesquisas exploratórias de experiência espacial, os roteiros foram estruturados para percorrerem o centro histórico, permitindo aos moradores/estudantes uma vivência diferenciada da habitual em relação a sua cidade.

O projeto foi escolhido pela escola para representá-la nas festividades municipais do dia 7 de setembro de 2010, durante a apresentação na Praça Tiradentes, centro cívico de Ouro Preto. Foram definidos os bens culturais que iriam representar o bairro no evento, e a Bica do Córrego Seco, um dos bens identificados, em função do seu estado de abandono e da sujeira do entorno, motivou na comunidade escolar um movimento para sua limpeza e recuperação. Ao montarmos estratégias de trabalhos coletivos, que partiram de uma demanda natural desse grupo, os caminhos desenvolvidos foram frutos das escutas e desejos dessa comunidade. As ações realizadas trabalharam com as potencialidades daquela comunidade e esse reconhecimento vem fortalecendo a cada dia o sentimento de identidade local, criando mecanismos para que essa comunidade busque alternativas para melhorar sua qualidade de vida. A comunidade se sentiu capaz de dialogar com o Estado para, juntamente com ele, criar condições de garantir os seus direitos, exercendo plenamente sua cidadania. O trabalho utilizando os referenciais culturais das comunidades envolvidas apontou, de forma individual e/ou coletiva, estratégias para a transformação dos sujeitos nelas envolvidos, fortalecendo o cidadão que, ciente do seu papel na comunidade, se colocou como ator principal nessa cena.

Identificamos semelhanças na forma de atuação das atividades desenvolvidas pelo Programa Cultural de Ouro Preto e pelo Projeto Interação Ouro Preto. Ambos, ao refletirem sobre o papel das referências culturais, deixaram de considerá-las somente como um objeto de contemplação e afirmação da identidade nacional, para transformá-las em fonte/recurso de desenvolvimento local, afirmação e valorização da diversidade sociocultural existente, aproximando-se das comunidades detentoras e de seus contextos.

Assim como no Programa Cultural de Ouro Preto e no Projeto Interação Ouro Preto, percebemos as dificuldades dos professores em saírem de uma prática de educação que já vinha sendo realizada em sala de aula e se adaptarem a uma nova proposta sugerida pelo projeto. Só conseguimos introduzir os bens culturais do Morro Santana como facilitadores para o repasse dos conteúdos programáticos das primeiras séries do ensino fundamental porque tivemos a presença sistemática dos orientadores do programa dentro da escola, auxiliando os professores no planejamento e no desenvolvimento das ações programadas. Com a interrupção do programa,

em 2012, e sem os orientadores para auxiliá-los nesse processo, não conseguimos consolidar essa atividade no Juventina.

As ações realizadas pela Base Criativa/Laboratório Patrimônio junto ao projeto Sou do Morro, Eu Também sou Patrimônio, utilizando de forma efetiva o audiovisual e as redes sociais em ações de educação patrimonial, trouxeram dinamismo e frescor ao tema da preservação do patrimônio, das referências culturais que permeiam o mundo material, das memórias individuais e coletivas, das identidades construídas e atribuídas. Nessa ação aprender a “ver” foi o primeiro exercício. Renovar o olhar e revisitar os lugares do Morro Santana, que se tornaram rotina, para atribuir um novo sentido foi o caminho trilhado. O protagonismo juvenil foi também um dos aspectos explorados durante o desenvolvimento da oficina. Como resultado concreto, os jovens começaram a filmar, a editar, criando e recriando os seus próprios modos de experimentar a realidade, passando a assumir uma atitude positiva com relação a si, ao grupo, à escola e ao bairro onde moram.

O audiovisual se apresentou como recurso para trabalharmos ações de educação patrimonial com os jovens, apontando estratégias para a transformação destes sujeitos, fortalecendo-os como cidadãos que, cientes do seu papel na comunidade, se colocam como atores principais nessa cena. Ao considerarmos o papel das referências culturais nessas atividades, passamos a percebê-las como um forte instrumento para afirmação de alteridade e de vínculos de identidade e para a valorização da diversidade sociocultural existente na cidade.

A partir das vivências e experiências originárias das ações educativas realizadas pela Casa do Patrimônio de Ouro Preto junto à comunidade do Morro Santana, percebemos que existe uma hierarquização social e uma hierarquização do espaço urbano que são acionadas em alguns momentos. Segundo Certeau (1994), a cidade não está somente no tipo de ambiente edificado, mas na incursão das pessoas nos espaços urbanos através de suas práticas e modos de vida espacializantes. Os usos dos lugares são descolados do “artefato” urbano, ou seja, da existência da racionalidade urbanística. Entendermos esses usos nos possibilitou entender esse lugar: Morro Santana, em Ouro Preto.

As várias ações desenvolvidas na escola nos propiciaram construir uma “teia” de olhares diferentes para enxergarmos esses professores e a cidade de diversos ângulos. A força da imagem da “cidade patrimônio”, da

“cidade fotogênica”, nos mostrou como eles veem a cidade de Ouro Preto e vivenciam cotidianamente o Morro Santana, mantendo uma relação de afeto com o bairro. Afeto, nesse caso, não está apenas relacionado a um sentimento de amor, simpatia, mas ao sentimento de se afetar com, se interessar por (FERREIRA, 1975). Esses sentimentos nos mostram o quão complexas são essas relações que não devem ser dissociadas ao pensarmos/ planejarmos qualquer ação educativa em uma escola.

Como base para a realização das ações educativas efetivadas pela Casa do Patrimônio de Ouro Preto e pelo Programa Sentidos Urbanos trouxemos para nos auxiliar a teoria da complexidade de Edgar Morin, que denomina o pensamento complexo como o pensamento do abraço, uma visão de mundo da complementaridade, do entrelaçamento. Também nos apoiamos no pensamento de Rubem Alves que diz que “nossos sentidos — visão, audição, olfato, tato, gosto — são todos órgãos de fazer amor com o mundo, de ter prazer nele” (ALVES, 2010, p. 20). Atribuímos sentidos às nossas referências culturais, permitindo associar elementos e acontecimentos da realidade social concreta, constituindo o próprio sentido da identidade social (SANTOS, 2006).

Por mais que seja papel da instituição preservar o patrimônio cultural ouro-pretano já consagrado, o conceito de educação patrimonial propagado pela Coordenação de Educação Patrimonial do Iphan, que o considera como um tema de trabalho transversal e proposta política, nos possibilitou sairmos do foco dos monumentos e passarmos a focar as pessoas e suas referências culturais e o olhar que essas pessoas trazem das coisas que as tocam e as afetam. Buscamos centrar nossas atenções nas relações sociais e afetivas estabelecidas com a cidade, com os vários lugares que a compõem e com as pessoas que nela habitam, vivem e convivem, que a usam, conferindo distintos significados, simbologias e afetividades. Nosso maior desafio é realizar ações educativas nas quais a comunidade se sinta acolhida e estimulada a dizer o que pensa, passando a se sentir comprometida com a busca de soluções para os problemas existentes. Enquanto isso não se traduz em uma política/atitude concreta permanece a dúvida: será que estamos preparados para lidar com grupos sociais ativos e protagonistas que desejam ser autores/donos de sua história, memória, patrimônios?

REFERÊNCIAS

- ALVES, Rubem. *Educação dos sentidos e mais...* 6. ed. Campinas: Verus, 2010.
- ANDRADE, Flávio Márcio Alves de Brito. [Entrevista cedida a] Simone Monteiro Silvestre Fernandes. Ouro Preto, 6 ago. 2014.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues et al. *O difícil espelho: limites e possibilidades de uma experiência de cultura e educação*. Rio de Janeiro: Iphan: Depron, 1996.
- CACHOEIRA do Brumado: pesquisa documento e artesanato. *Boletim SPHAN-Pró-Memória*, Brasília, DF, n. 7, p. 8, jul./ago. 1980.
- CHUVA, Márcia. Entre vestígios do passado e interpretações da história: introdução sobre patrimônio cultural no Brasil. In: CUREAU, Sandra; KISHI, Sandra Akemi Shimada; SOARES, Inês Virgínia Prado. *Olhar multidisciplinar sobre a efetividade da proteção do patrimônio cultural*. Belo Horizonte: Fórum, 2011. p. 37-49.
- COMUNIDADES participarão do processo educacional. *Boletim SPHAN-Pró-Memória*, Brasília, DF, n. 12, p. 16, maio/jun. 1981.
- CULTURA/Educação: SEC aprova os primeiros projetos. *Boletim SPHAN-Pró-Memória*, Brasília, DF, n. 18, p. 12-13, maio/jun. 1982.
- CUNHA, Nara Rúbia de Carvalho. *Chão de pedras, céu de estrelas: o Museu-Escola do Museu da Inconfidência*, Ouro Preto, década de 1980. 2011. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011.
- DIAMANTINA. *Boletim SPHAN-Pró-Memória*, Brasília, DF, n. 13, p. 1-3, jul./ago. 1981.
- FERNANDES, Simone Monteiro Silvestre (Org.). *Sentidos urbanos: patrimônio e cidadania*. Brasília, DF: Iphan, 2011.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda et al. *Novo dicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1975.
- FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2005.
- GEERTZ, Clifford. Uma descrição densa: por uma teoria interpretativa da Cultura. In: GEERTZ, Clifford. *Interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 2008. p. 3-21.
- GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Autenticidade, memória e ideologias nacionais: o problema dos patrimônios culturais. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 264-275, 1988.
- GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ: Iphan, 1996.
- GONÇALVES, José Reginaldo Santos. O patrimônio como categoria de pensamento. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (org.). *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 21-29.

- HALL, Stuart. *Dossiê de projetos aprovados para a Prefeitura Municipal de Ouro Preto*. Ouro Preto: [s. n.], 1981-1982.
- HALL, Stuart. *Dossiê de projetos aprovados para a Prefeitura Municipal de Ouro Preto*. Ouro Preto: [s. n.], 1982-1985.
- HALL, Stuart. *Dossiê de projetos aprovados para a Prefeitura Municipal de Ouro Preto*. Ouro Preto: [s. n.], 1984-1985. (Seção Brasília. Arquivo Central).
- HALL, Stuart. Identidade cultural e diáspora. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Brasília, v. 24, p. 68-75, 1996.
- IINSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. *Educação patrimonial: histórico, conceitos e processos*. Brasília, DF: Iphan, 2014.
- JEKER, Ana Elizabeth; SEGALA, Lygia. *Brincando, fazendo e aprendendo*. Rio de Janeiro: Memórias Futuras; Brasília, DF: FNDE, 1985.
- MAGALHÃES, Aloísio. *E triunfo?: a questão dos bens culturais no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira: Fundação Roberto Marinho, 1997.
- MASSEY, Doreen. *Pelo espaço: uma nova política da espacialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.
- MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. A cidade como bem cultural: áreas envoltórias e outros dilemas, equívocos e alcance da preservação do patrimônio ambiental urbano. *In: MORI, Victor Hugo et al. (Org.). Patrimônio: atualizando o debate*. São Paulo: Iphan, 2006. p. 33-76.
- MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. O campo do patrimônio cultural: uma revisão de premissas. *In: FÓRUM NACIONAL DO PATRIMÔNIO CULTURAL*, 1, 2010, Ouro Preto. *Anais [...]*. Brasília, DF: Iphan, 2010. p. 25-39.
- MERLEAU-PONTY, Maurice. *Phénoménologie de la perception*. Paris: Gallimard, 1945.
- MORIN, Edgar. *O problema epistemológico da complexidade*. Lisboa: Europa-América, 1996.
- MORIN, Edgar. *Introdução ao pensamento complexo*. Porto Alegre: Sulina, 2006.
- MOTTA, Lia. A SPHAN em Ouro Preto: uma história de conceitos e critérios. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, n. 22, p. 108-122, 1987.
- NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*, São Paulo, v. 10, p. 7-28, 1993.
- NOVA abordagem para cultura e educação. *Boletim Iphan*, Rio de Janeiro, n. 5, p. 13, mar./abr. 1980.
- OURO Preto: uma abordagem integrada. *Boletim Iphan*, Rio de Janeiro, n. 1, p. 2, jul./ago. 1979a.
- OURO Preto. *Boletim Iphan*, Rio de Janeiro, n. 3, p. 1-4, nov./dez. 1979b.
- PEREGRINO, Miriane da Costa. SPHAN/Pró-Memória: abertura política e novos rumos para a preservação do patrimônio nacional. *Revista Confluências Culturais*, v. 1, n. 1, p. 85-100, 2012. Disponível em: <http://periodicos.univille.br/index.php/RCCult/article/view/69>. Acesso em 11 fev. 2014.

PROGRAMA cultural. *Boletim SPHAN-Pró-Memória*, Brasília, DF, n. 8, p. 9-10, set./out. 1980.

QUINTAS, José Silva; SERPA, Luiz Felipe Perret. *Projeto Educação e Cultura*: documento preliminar. (Arquivo pessoal de João Tadeu Gonçalves).

QUINTAS, José Silva; SERPA, Luiz Felipe Perret. *Memória oral*: depoimento concedido ao Iphan. Rio de Janeiro: Iphan, 1994.

RICUPERO, Marisa P.; TAPAJÓS, Ana M. *Identidade cultural*: cultura e desenvolvimento: bem cultural na palavra de Aloisio Magalhães. Brasília, DF, 29 maio 1981. (Arquivo Pessoal de João Tadeu Gonçalves).

SANTOS, Mariza Veloso Motta. Nasce a academia SPHAN. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Brasília, DF, v. 24, p. 77-88, 1996.

SEC define diretrizes para política cultural. *Boletim SPHAN-Pró-Memória*, Brasília, n. 14, p. 7-8, set./out. 1981.

SERPA, Luiz Felipe Perret. *Proposta para um programa cultural da Ufop*. Ouro Preto, fev. 1980. (Arquivo pessoal de Flávio Márcio Alves de Brito Andrade).

SERPA, Luiz Felipe Perret. *Relatório de Luiz Felipe Perret Serpa para o convênio CNRC/Pró-Memória*: maio de 1977 a fevereiro de 1983. Brasília, DF, 1983.

SERPA, Luiz Felipe Perret. *Sobre a preservação e revitalização cultural de Ouro Preto*. (Arquivo pessoal de Marinalva Batista Santos).

SERPA, Luiz Felipe Perret, PENNA, José Maria. *Ouro Preto*: contemporaneidade e preservação. Ouro Preto: SPHAN/Pró-Memória, 1981.

SILVA, Patrícia Reis da. *A postura da municipalidade na preservação do patrimônio cultural urbano*. 2006. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2006.

SIVIERO, Fernando. *Relatório de atividades da Assessoria Cultural da Ufop e do Programa Cultural do convênio SPHAN/Ufop/PMOP*, Ouro Preto, jan./dez. 1980. (Arquivo Pessoal de Flávio Márcio Alves de Brito Andrade).

SIVIERO, Fernando. *Um mapa para outros fazeres*: territórios educativos e patrimônio cultural. 2013. Dissertação (Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural) – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, 2013.

TAMASO, Izabela Maria. *Em nome do patrimônio*: representações e apropriações da cultura na cidade de Goiás. 2007. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2007.